

## PARECER JURÍDICO

MATÕES DO NORTE / MA	
PROC.	2607001 12021
FLS.	55
PUB.	11/10

PROCESSO ADM Nº: 2607001/2021

**INTERESSADO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

### ASSUNTO:

Contratação de empresa para fornecimento de material de informática e servidor de rede de interesse da Prefeitura Municipal de Matões do Norte/MA

Vem ao exame deste departamento Jurídico, o presente processo administrativo, que trata da Contratação de empresa para fornecimento de material de informática e servidor de rede de interesse da Prefeitura Municipal de Matões do Norte/MA, com a empresa **RAIMUNDO N. FRAZÃO SOBRINHO - ME**, inscrita no CNPJ: 02.415.627/0001-39 com sede na Av. do Comercio, nº 207 – Centro, Miranda do Norte – MA., conforme o constante na Solicitação de Despesa anexa aos autos.

Depreende-se dos autos, pedido de solicitação de despesa para execução do objeto deste processo administrativo, por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93:

Consta Despacho do setor competente, o qual informa quanto à previsão de despesa na programação orçamentária Exercício 2021, na forma seguinte:

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

**UNID. ORÇAMENTÁRIA.:** 0301 Secretaria Municipal de Administração e Finanças

**FUNÇÃO PROGRAMÁTICA:** 04 122 0021

**PROJ. ATIVIDADE:** 1.027 Aquisição de Material Permanente p/ Secretaria Municipal de Administração e Finanças

**ELEM. DE DESPESA:** 4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

**UNID. ORÇAMENTÁRIA.:** 0301 Secretaria Municipal de Administração e Finanças

**FUNÇÃO PROGRAMÁTICA:** 26 782 0061

**PROJ. ATIVIDADE:** 2.109 Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração e Finanças

**ELEM. DE DESPESA:** 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Ainda, de acordo com os documentos que instruem o presente pedido é possível verificar que o preço do item, está compatível com os valores praticados pelo mercado conforme pesquisas de preços.

PROC.	26071001	1202 1
FLS.	56	
RUB.	AD	

Examinando o referido processo, foram tecidas as considerações que se seguem.

Estabelece o art. 37, inciso XXI, da Carta Magna, a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público. No entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a dispensa e a inexistência de licitação.

Sendo assim, o legislador Constituinte admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório.

A dispensa de licitação é uma dessas modalidades de contratação direta. O art. 24, da Lei nº. 8.666/93 elenca os possíveis casos de dispensa.

No caso in concreto trazido no presente procedimento enquadra-se no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93:

(...)

*II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998).*

Deve-se, todavia, esclarecer que para ser possível a contratação direta por dispensa de licitação no presente caso, mister restar comprovado que a proposta ofertada é a mais vantajosa para a administração.

Não é demais lembrar a necessidade de comunicação da dispensa à autoridade superior no prazo de 03 (três) dias, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 05 (cinco) dias, como condição para eficácia dos atos.

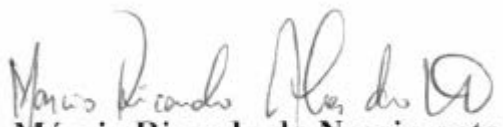
Como em qualquer contratação direta, o preço ajustado deve ser coerente com o mercado, devendo essa adequação restar comprovada nos autos, eis que a validade da contratação depende da razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração Pública.

Uma vez adotadas as providências assinaladas e se abstendo, obviamente, da apreciação dos aspectos inerentes à conveniência e oportunidade, opina-se pela realização da contratação direta.

É o parecer.

MATÕES DO NORTE / MA	
PROC.	0601001 / 2021
FLS.	54
RUB.	110

Matões do Norte – MA, 03 de agosto 2021.

  
**Márcio Ricardo do Nascimento**  
Assessor Jurídico  
OAB/MA Nº 17293